

A importância económica do Turismo

Artur Cabugueira*

Doutorado em Ciências Sociais e Humanas

Resumo

O turismo é uma actividade económica extremamente importante, podendo desempenhar um papel decisivo em termos de desenvolvimento de determinadas regiões, onde, por vezes, não existem outras alternativas para alcançar esse objectivo.

Neste artigo, analisamos os principais impactos económicos do turismo, nomeadamente sobre os rendimentos e o emprego, a balança de pagamentos e as receitas dos governos.

Fazemos ainda uma abordagem dos efeitos multiplicadores do turismo, técnica usada para calcular os impactos contínuos das despesas do turismo na economia.

Referimo-nos, em seguida, a alguns aspectos relacionados com a importância do turismo no crescimento e desenvolvimento regional. Verificámos que o turismo pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais das regiões mais deprimidas. Acrescentámos, contudo, que não é o turismo que fomenta o desenvolvimento dum determinado país ou região, mas sim o seu próprio nível de desenvolvimento, que converte o turismo numa actividade favorável ou não a esse processo.

Finalmente, abordamos também a questão relacionada com o papel do turismo no desenvolvimento económico regional dos países desenvolvidos, através da redistribuição do rendimento nacional, em benefício das regiões receptoras. A este propósito, apresentamos os argumentos de determinados autores que contrariam a visão clássica de que o turismo é um factor de convergência no desenvolvimento dos vários países, concluindo que o turismo não deixa de ser importante para o desenvolvimento, mas que este não depende exclusivamente dele, mas também do grau de desenvolvimento dos outros sectores da economia.

Palavras-Chave

Impactos, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Turístico, Análise Multiplicadora.

Abstract

Tourism is one of the most important powers in the world.

It plays a decisive role concerning the development of certain regions where no other alternatives are found to achieve such aim.

In this article, some economical impacts of tourism are analysed both individually and collectively, namely those concerning national income and Employment in the Balance of Payments and in the Governments' Revenue.

An approach of the multiplying of tourism is also made; this technique is used to estimate the continuous impacts of the tourism expenses in Economy.

Same aspects related to the importance of tourism in the regional growth and development are going to be mentioned. So, it was confirmed that tourism may increase the natural, historical and cultural potentialities of the most depressed areas.

However, it was added that it is not tourism itself which increases the development of certain country or region; it is the level of development of the country or region which turns tourism into a favourable or non favourable activity to such process.

Finally, the question related to the role played by tourism in the regional economical development of the developed countries, through the redistribution of national income for the benefit of touristic regions, was also mentioned.

Concerning this subject, the classical view of the "convergence", which defends that tourism contributes to a standardization of the economical development among countries, was critically analysed.

It was concluded that tourism is important for the development, however, this does not only depend exclusively on it, but also on the development level of the other economy sectors.

Keywords

Impacts, Regional Development, Touristic Development, Multiplier Analysis.

*Docente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
E-mail: accmc@sapo.pt

1. O Turismo – a importância económica do turismo

Nos últimos 50 anos, o turismo internacional revelou um crescimento sustentável, com uma taxa média anual de 6,8%, passando, entre 1950 e 2000, de 25 milhões para 697,8 milhões o número de chegadas, não obstante, as condições políticas e económicas adversas, tornando-se numa das maiores indústrias do mundo (OMT, 2001).

Quanto à entrada de divisas nas nações em 1996, o aumento foi ainda maior (7,6%), ultrapassando os 423 biliões de dólares.

Desde 1970, o número de viajantes aumentou 257% e, provavelmente, duplicará nos próximos 10 anos, ultrapassando 1 bilião de turistas internacionais, em 2010. Para 2020, as estimativas da OMT apontam para mais de 1,6 bilião de viagens internacionais (OMT, 2001).

A importância económica do turismo torna-se importante pelas consequências não-intencionadas do acto do turista realizar uma viagem de trabalho ou lazer.

Se o turista pretende realizar uma viagem de lazer, tem de trabalhar e poupar, o que significa que, numa sociedade onde existe a cultura do turismo, terão de existir, de uma forma permanente, poupanças para fazer face às despesas de viagem, de um intenso movimento das actividades produtivas derivadas do turismo. Quando o turista viaja para o estrangeiro, gera uma procura adicional e transfere divisas para o país escolhido.

O turismo constitui, assim, uma força económica das mais importantes no mundo, ocorrendo fenómenos de consumo e a criação de rendimentos e de mercados, onde se conjugam a oferta e a procura.

As receitas derivadas do turismo são demasiado expressivas, de tal forma que justificam que esta actividade seja incluída nos programas da política económica de todos os países. De actividade considerada secundária por muitos, passou a receber uma atenção especial, consolidando-se como uma actividade económica importante.

De facto, o turismo pode ser considerado como uma indústria, por diversas razões. Em primeiro lugar, pela existência de uma organização dentro do sector que promove as

viagens e beneficia os locais receptores. Em segundo lugar, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz – aproveita os bens da natureza sem os consumir, nem os esgotar. Também emprega uma grande quantidade de mão-de-obra, exigindo o investimento de enormes montantes financeiros.

Por sua vez, proporciona rendimentos individuais e empresariais e origina receitas para os Estados, fomentando a entrada de divisas na Balança de Pagamentos.

O turismo produz ainda múltiplos impactos na economia dos países, valoriza imóveis e impulsiona a construção civil.

Na análise do fenómeno “turismo”, dois aspectos importantes devem ser tomados em conta: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas. Quanto ao primeiro aspecto, o turista procura regiões que proporcionem actividades que ocupem o seu tempo livre e que satisfaçam os seus interesses.

O segundo, tem como objectivo atrair os turistas para ocupar o tempo livre dos mesmos através de atracções que possui ou pode criar. Do relacionamento destes dois elementos resulta o desenvolvimento económico das regiões visitadas, na medida em que dinamiza o sector turístico. O turismo começa, então, a produzir os seus resultados, através da circulação de moeda, do aumento do consumo de bens e serviços, do aumento da oferta de empregos e do aparecimento de empresas dedicadas ao sector, tais como, agências de viagens, hotéis, restaurantes, *boites*, transportes, parques de diversões, etc.

Por outro lado, o poder público adopta políticas de forma a fazer face a novas necessidades, através da construção de infra-estruturas (estradas, aeroportos, fornecimento de água, luz, esgotos, recolha de lixo, etc.).

Só quando todo este conjunto de actividades, a nível privado e público, se começa a desencadear e a produzir resultados é que se pode afirmar na implantação de uma indústria turística. Se isto não acontecer apenas se poderá falar em presença de turistas.

2. Impactos económicos do turismo

O adequado tratamento económico do turismo exige conhecer detalhadamente os impactos económicos derivados desta activi-

dade, uma vez que os turistas gastam o seu dinheiro numa ampla variedade de bens e serviços. Este dinheiro é encarado como uma injeção de recursos, através do aumento da procura na economia local, a qual não existiria sem esta actividade.

De acordo com Cooper (2001), o valor dos gastos realizados pelos turistas apenas representa uma parte dos impactos económicos. Uma análise completa deve ter em atenção outros aspectos. Apresentamos, em seguida, alguns dos impactos económicos provocados pela actividade turística.

No âmbito nacional, o turismo provoca a transferência de recursos financeiros produzidos numa região de um dado país para outras do mesmo país, através do movimento de turistas que viajam internamente. Ao contrário do turismo internacional, o turismo doméstico representa uma transferência de rendimentos dentro de uma economia.

Os impactos do turismo internacional apresentam duplos impactos: os efeitos nos negócios e os efeitos de redistribuição.

À medida que os turistas visitam outros países, o acto de viajar, em si, já estimula o negócio. A maioria das pessoas que viaja para um destino distante utiliza o transporte aéreo e grande parte dos aviões são fabricados nos Estados Unidos e exportados para outros países. No destino, o turista deverá utilizar um alojamento cujo dono e gerente não é um residente, além de consumir comidas e bebidas que não são fornecidas localmente.

Para os países que recebem turistas, essas importações representam perdas para a economia internacional, constituem oportunidades de negócio e geram exportações.

O efeito de redistribuição do turismo internacional refere-se ao facto da maioria dos turistas internacionais ser proveniente dos países desenvolvidos, com altos rendimentos, que passam férias em países economicamente mais desfavorecidos. Nesse sentido, uma parte do poder de despesas excedente dos países mais ricos é redistribuído por meio do turismo a outros países, muitos dos quais incluídos entre os países em vias de desenvolvimento.

No âmbito internacional, o turismo é considerado como uma exportação invisível de bens e serviços. O efeito económico é equi-

valente ao das exportações de mercadorias, resultando na entrada de moeda no país receptor.

Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, com um amplo sector turístico, as receitas provenientes do turismo ajudam a reduzir e, até a anular, os *deficits* das outras contas da balança de pagamentos. Este facto constitui o principal motivo para muitos governos apoiarem o turismo quer nos países em desenvolvimento, quer em muitos países desenvolvidos.

No que se refere aos efeitos nas receitas dos governos, podem ser divididos em dois tipos: directos e indirectos.

Quanto ao primeiro tipo, as receitas resultam da cobrança de impostos sobre os rendimentos - rendimentos privados e empresariais gerados pelo emprego e pelo negócio do turismo. Note-se, no entanto, que, se este tipo de impostos for demasiado pesado, pode ter um papel desincentivador da actividade, por não favorecer o reinvestimento. Com rendimentos acima daquele nível tornam-se fundamentais para a economia do país.

O segundo tipo de receitas compreende, principalmente, impostos e direitos alfandegários, cobrados sobre os bens e serviços fornecidos aos turistas.

Este tipo de receitas, em muitos países em desenvolvimento, ganha uma proporção considerável, particularmente nos locais em que o sector do turismo é um grande importador de bens e materiais.

Contudo, embora os direitos alfandegários sobre as importações constituam uma receita para os governos, são, por outro lado, um custo para o importador, e os altos direitos alfandegários irão reflectir-se nos preços, afectando, por sua vez, a competitividade do destino.

A criação de emprego e rendimentos é outro efeito importante da actividade turística.

O emprego gerado pelo turismo pode ser directo, indirecto ou induzido. O emprego directo é o criado nas actividades produtivas que procuram satisfazer directamente a procura turística. Temos assim, por exemplo, todos os empregos criados na hotelaria, nas agências de viagens ou nos postos de turismo.

O emprego indirecto é o emprego gerado nas actividades produtivas que têm por

objectivo responder à procura das actividades que satisfazem directamente as necessidades dos turistas.

No caso, por exemplo, dos hotéis, os empregos indirectos poderiam gerar-se em outras empresas que lhes fornecem serviços, tais como, de lavandaria, de segurança ou de limpeza.

O turismo é considerado como a actividade económica que mais empregos oferece a nível mundial.

Existem diversas vantagens derivadas da capacidade que o turismo possui em matéria de criação de empregos, nomeadamente:

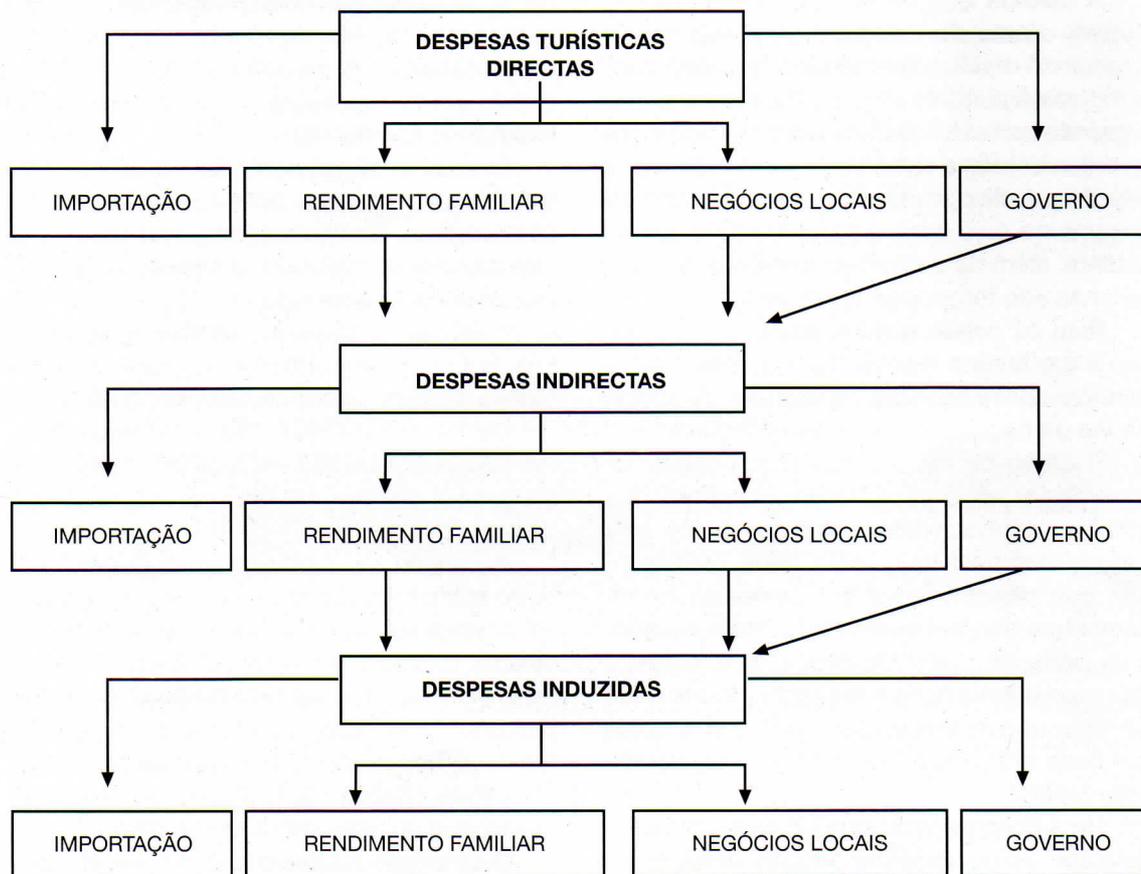
- Criação de empregos em áreas com desemprego estrutural, como zonas rurais;
- Possibilidade de criar empregos em determinadas regiões, por meio da dotação de infra-estruturas.

As despesas turísticas têm um “efeito cascata” sobre a economia. A um primeiro nível, registam-se as despesas dos turistas em serviços *front line*, designadamente como serviços

de transportes, de alojamento e restauração. Cooper (2001) refere que os efeitos directos das actividades turísticas são as despesas realizadas pelos turistas nos estabelecimentos que fornecem os bens e serviços turísticos. Parte deste valor sairá, imediatamente, do circuito económico doméstico para cobrir as despesas com as importações de produtos e serviços *front line*. Assim, os impactos directos das despesas dos turistas tendem a ser inferiores ao volume destas, a não ser em casos (raros) em que as economias locais possuem a capacidade de produzir e satisfazer a totalidade das necessidades dos turistas.

A Figura 1 mostra que as unidades produtivas que beneficiam das despesas directas dos turistas necessitam de se abastecer junto de fornecedores, ou seja, precisam de comprar bens e/ou serviços de outros sectores dentro da economia local. Parte destas despesas sairá do circuito interno, pois destinam-se a comprar bens e serviços importados.

Figura 1 – Efeito multiplicador do turismo



Fonte: Elaboração própria

As referidas compras geram despesas que beneficiam as respectivas unidades fornecedoras, constituindo, assim, um efeito indirecto.

O efeito induzido corresponde aos salários, rendas e juros recebidos pelas actividades que, por sua vez, fornecem as referidas no parágrafo anterior.

Fletcher (1991) baseia a análise do efeito "multiplicador" no reconhecimento da interdependência dos sectores produtivos que constituem a economia local. Isto significa que, uma mudança na procura final de um determinado sector, irá afectar não só esse sector, mas também aqueles que lhes fornecem bens e serviços. Particularmente, no caso do turismo, qualquer mudança nas despesas turísticas directas afectará o nível de produção da economia, a taxa de desemprego, o rendimento médio familiar, as receitas do governo e a balança comercial. Todavia, a grandeza de tal mudança nos fornecedores poderá ser maior, igual ou menor do que nas despesas turísticas.

No entanto, de acordo com Wanhill (1997), a actividade turística também envolve diversos tipos de custos económicos – custos directos dos negócios turísticos, custos para o governo – dotação de infra-estruturas para servir os turistas e custos para a sociedade, derivados dos efeitos inflacionários que o turismo pode gerar.

Em suma, podemos dizer que o valor inicial das despesas turísticas gera efeitos multiplicadores na economia – na produção, nos rendimentos, no emprego e nas receitas dos governos. Os multiplicadores do turismo são o rácio das mudanças na produção, rendimento, emprego e contribuições para as receitas dos governos sobre a mudança inicial nas despesas directas, originadas pela procura dos turistas.

Os multiplicadores mais utilizados no sector do turismo podem ser classificados em cinco tipos:

- **Multiplicador de transacções ou vendas** – mede a relação entre o aumento das receitas dos negócios no sector do turismo e o aumento das despesas turísticas iniciais;
- **Multiplicador de produção** – relaciona o valor de produção adicional gerado na economia, em consequência de um aumento unitário na despesa turística inicial;

- **Multiplicador do rendimento** – mede o rendimento adicional criado na economia, em consequência do aumento das despesas turísticas iniciais;

- **Multiplicador das receitas governamentais** – mede o impacto nas receitas dos governos, resultante de um aumento das despesas turísticas iniciais;

- **Multiplicador do emprego** – mede a quantidade total de empregos criados por uma unidade adicional das despesas turísticas.

Os multiplicadores podem ser calculados utilizando várias abordagens metodológicas, que dão origem a coeficientes distintos, ou seja, a diferentes medidas dos impactos gerados pelo aumento original nas despesas dos turistas.

Uma outra abordagem para medir os impactos de mudanças nas despesas turísticas iniciais consiste na utilização do quadro entradas/saídas, ou de relações inter-industriais, apresentado por Leontief. Este modelo consiste numa matriz que serve para representar as contas nacionais e/ou regionais. Para além disso, existem outros modelos que não são aqui considerados, tais como o dos multiplicadores *ad-hoc*.

Embora muito utilizados para a medição dos impactos do turismo na economia, os resultados da análise dos multiplicadores devem ser cuidadosamente interpretados.

Por um lado, os dados disponíveis são insuficientes e duvidosos para serem usados em análises do multiplicador, pois o turismo, englobando vários sectores, implica dificuldades específicas na obtenção de dados (aqui estão envolvidas as variáveis tempo e custos).

Por outro lado, os estudos baseados na análise dos multiplicadores são pertinentes durante um determinado período e, embora possam ser actualizados, não há garantia de que os dados básicos utilizados e o inter-relacionamento permaneçam válidos, ou seja, de que os preços relativos usados permaneçam constantes.

Para além disso, nas análises dos multiplicadores aplicadas a determinados países ou regiões, os coeficientes calculados reflectem os dados específicos utilizados, pelo que, dois destinos aparentemente comparáveis, como as Seychelles e Maldivas, podem ter multiplicadores muito diferentes.

De qualquer forma, a análise dos multiplicadores é uma técnica bastante utilizada, que tem vindo, progressivamente, a ser aperfeiçoada, possuindo a vantagem de gerar resultados rápidos a um custo relativamente baixo, sobretudo se comparada com a análise dos quadros entrada-saída.

3. O Turismo e o desenvolvimento regional

Tal como ficou demonstrado, o turismo possui alguns impactos económicos importantes, através dos seus efeitos multiplicadores. Contudo, o debate sobre o real desenvolvimento deve focar, não só, o valor do multiplicador do turismo, mas também, incidir sobre as oportunidades para o desenvolvimento que podem ser identificadas nas comunidades locais dentro da região ou nação.

Assim, iremos analisar, de seguida, alguns aspectos relativos ao impacto do turismo no desenvolvimento económico regional.

O turismo pode ajudar a estimular a actividade económica de determinados locais que possuem, por diversas razões, poucas possibilidades de alternativas de desenvolvimento económico. Talvez seja mesmo a única alternativa real para o crescimento de tais regiões.

A grande maioria das actividades e serviços que constituem o produto turístico estão ligados, regra geral, a uma atracção natural ou cultural. Este conjunto de actividades permite a realização do produto turístico através da actividade produtiva dos serviços. Desta forma, os bens naturais e culturais tornam-se directamente produtivos, participando no processo geral de expansão da economia.

O sector do turismo representa um conjunto de actividades produtivas interdependentes, estando ligadas aos restantes sectores da economia, nomeadamente o das indústrias transformadoras, do comércio, do artesanato, dos serviços públicos, dos transportes e do sector primário.

O turismo constitui um fenómeno social e económico que se manifesta claramente no espaço. O seu carácter territorial, segundo Ivars (2003: 17), é revelado pela “deslocação de pessoas desde o seu lugar de residência para espaços que reúnem determinadas condições

para satisfazer as diferentes motivações turísticas. Portanto, os fluxos turísticos implicam a existência de uma série de efeitos territoriais de diversa natureza, tanto nas áreas geográficas de passagem como nas de destino”.

Segundo Vera Rebollo e Marchena Gómez (1990: 71), “(...) o turismo é interpretado como uma riqueza regional, segundo o seu contributo mais ou menos decisivo para a economia da própria região, como actividade de futuro ou alavanca para a promoção do desenvolvimento regional.”

Também Ablas defende que, na questão do desenvolvimento regional, um dos aspectos relevantes é o meio de difusão dentro da própria economia regional.

Afirma o autor que “(...) uma vez descoberta, implantada ou desenvolvida, a atracção turística, funcionando como actividade motora, irá projectar sobre a região uma série de efeitos que terão por base a complementaridade com as actividades locais, constituindo-se essas últimas no meio de difusão. Esse meio será formado, basicamente, pelas relações de compra e venda entre os agentes presentes na região e pelo retorno da distribuição do rendimento sobre as *estruturas* de consumo” (Ablas, 1991: 50).

Sessa (1983) aplica a teoria dos pólos de crescimento de Perroux ao sector do turismo, introduzindo o conceito de pólos turísticos e explicitando a sua importância no desenvolvimento regional.

Para o referido autor, o pólo turístico é formado por um conjunto de unidades motrizes, sobretudo as empresas hoteleiras, que, pela sua acção, apresentam efeitos sobre todas as outras actividades produtivas, tais como as comerciais, de animação e desportivas.

“A instalação de pólos turísticos em regiões dotadas de uma atracção natural, que se encontra, habitualmente, fora dos pólos urbanos e industriais, determina o conhecido efeito de “compensação económica”. Este é um efeito territorial, e portanto, macro-económico, podendo determinar um equilíbrio económico entre duas zonas de um país: a urbanizada e industrial de um lado, e a turística de outro. O fluxo monetário derivado dos fluxos turísticos permite inserir estas zonas “externas” no processo de expansão acelerada do resto do país.” (Silva, 2004: 333)

O turismo é visto como um motor de desenvolvimento regional, contribuindo para o atenuar dos desequilíbrios regionais, dentro de um determinado país desenvolvido, em particular entre os centros metropolitanos e as áreas periféricas. Por outro lado, o papel do turismo no desenvolvimento pode ser considerado no contexto dum mundo dividido em países mais e menos desenvolvidos. Nesta perspectiva, a hipótese que se coloca é a de que o desenvolvimento de projectos turísticos, no segundo grupo, pode atenuar as assimetrias existentes entre eles.

Alguns autores referem-se a esta teoria como a "dispersão do desenvolvimento para as regiões não-industrializadas" (Bryden, 1973: 72). De acordo com o ponto de vista clássico, o turismo "tende a distribuir o desenvolvimento para fora dos centros industriais em direcção àquelas regiões que dentro do país se encontram menos desenvolvidas" (Peters, 1996, cit. in Williams & Shaw, 1998: 12).

Embora ambos os domínios (regional e nacional) sejam postos em destaque pela contribuição do turismo para o desenvolvimento, há algumas razões para os distinguir, porque têm diferentes implicações para aquele contributo.

Em primeiro lugar, ao nível nacional, a atitude face ao turismo pode variar consideravelmente entre os países menos e mais desenvolvidos. Nos primeiros, o turismo ganha uma maior importância, por exemplo, em termos da sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), pelo que o desenvolvimento do turismo é muitas vezes suportado por uma política nacional de turismo. Nos países desenvolvidos, contudo, podem existir outras indústrias ou serviços com potencial para gerarem maior valor acrescentado. Assim, pode não existir uma política específica de turismo, ou seja, o desenvolvimento turístico pode ser uma vertente das políticas de desenvolvimento regional ou industrial (Keller, 1999: 2).

Neste sentido, o consumo turístico vai causar impactos sobre o rendimento nacional. Estes efeitos resultam dos mecanismos subjacentes ao multiplicador do turismo:

"Do momento em que o investimento turístico inicial determina (através da despesa dos turistas e dos efeitos multiplicadores influentes sobre o rendimento dos habitantes),

uma propensão acrescida de consumos e de poupança, as empresas situadas no próprio pólo terão condições de realizar maiores investimentos, os quais poderão ser efectuados, absorvendo a maior poupança resultante de todo o processo, com uma tendência progressiva. Novos rendimentos surgirão por causa dos novos investimentos. Estes produzem impulsos sobre os rendimentos e sobre a poupança. E os mecanismos multiplicadores dos rendimentos e dos investimentos interagindo entre si e determinando, também, uma modificação importante sobre as diferentes propensões humanas, causam um acréscimo dos rendimentos, do consumo, de poupança, do investimento, e, novamente, dos rendimentos" (Sessa, 1983: 46).

Contudo, é também importante considerar o papel do turismo no desenvolvimento económico regional, nos países desenvolvidos. Neste caso, as despesas realizadas pelos turistas provenientes desses mercados emissores, situados em países desenvolvidos, dirigem-se, principalmente, para os países em desenvolvimento visitados, que são regiões periféricas, ricas em atracções turísticas (naturais, culturais ou patrimoniais). Isto conduz à redistribuição do rendimento dos países mais desenvolvidos pelas regiões receptoras menos ricas. O aumento da procura turística requer, por sua vez, uma produção acrescida na região receptora, estimulando novas actividades directamente relacionadas com o turismo, bem como aumentos na produção de fornecedores indirectos e a criação de novos empregos, que, por sua vez, geram novos rendimentos, novos consumos e novos investimentos em actividades que fornecem estas últimas. Assim, em teoria, o rendimento nacional *per capita*, dentro da região receptora, aumenta. Ao mesmo tempo, e se tudo o mais permanecer constante, dar-se-á uma redução do consumo final nos países de residência dos turistas, diminuindo o ritmo do crescimento económico. Quer dizer, como resultado do consumo turístico, as diferenças relativas, no rendimento *per capita*, entre as regiões de entrada e de saída, regiões menos e mais desenvolvidas, tornam-se menores.

A visão clássica argumenta que o turismo contribui para a **convergência** do desenvolvimento económico.

No entanto, embora o turismo tenha, tradicionalmente, favorecido as áreas mais pobres, as recentes transformações na procura turística internacional e nos investimentos têm beneficiado os países e regiões mais ricas (Williams & Shaw, 1998: 13). A rápida expansão dos novos segmentos da procura turística, tais como o turismo urbano, o turismo cultural e o turismo de parques temáticos, favorece os destinos que são relativamente acessíveis às maiores áreas metropolitanas. Além disso, a interpretação da relação entre turismo e desenvolvimento, baseada num mundo dividido em países (ou regiões) desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, pode também ser criticada. Por exemplo, negligencia o facto de que, embora os países desenvolvidos possam auferir de montantes substanciais absolutos de despesas turísticas, estas são, muitas vezes, relativamente insignificantes como contribuição para o total do Produto. Simultaneamente, o *deficit* da balança turística dos países desenvolvidos pode ser bastante elevado.

Assim, o turismo pode não constituir um factor de convergência no desenvolvimento económico. Isto não quer dizer que o turismo não represente uma oportunidade de desenvolvimento para os países menos desenvolvidos, ajudando ao seu crescimento económico e a reestruturar as suas economias nacionais. Contudo, a capacidade do turismo se transformar num instrumento de desenvolvimento depende do nível de desenvolvimento existente no país ou região de destino. Por outras palavras, não é só o nível de desenvolvimento do sector turístico que é importante, mas também o grau de desenvolvimento dos outros sectores de economia.

Tomando em linha de conta a dependência dos diferentes sectores que, dentro da economia receptora, deve estar envolvida na satisfação da procura turística, é óbvio que as economias mais desenvolvidas estarão em condições de ganhar mais e também de reter mais destes ganhos, dentro da economia nacional ou região.

Pode afirmar-se que, na perspectiva do desenvolvimento regional, os benefícios económicos do turismo, para os países ou regiões de recepção em desenvolvimento, podem constituir, muitas vezes, uma mera ilusão.

É o caso de uma expansão mal planeada ou não controlada do turismo que pode implicar outros custos para uma determinada

zona ou região (Goded S., 1998: 145). Trata-se de custos de longo prazo, que limitam o potencial de crescimento futuro da zona – a construção e manutenção das infra-estruturas básicas, problemas de tráfego, contaminação das praias, destruição das paisagens naturais, etc.

Para muitos autores, a defesa do papel do turismo como estimulador do crescimento económico, só é uma estratégia considerada válida se se revelar favorável em termos comparativos relativamente às restantes actividades produtivas possíveis e passíveis de serem desenvolvidas na região. Mais uma vez, Goded Salto defende que não é o turismo que fomenta o desenvolvimento de um país ou região atrasada, mas sim, o próprio nível de desenvolvimento desse país ou região que converte o turismo numa actividade favorável ou não a este processo.

Bibliografia

- Ablas, L. A. de Q., 1991, "Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. Turismo em Análise", S. Paulo, v. 2, nº 1, pp. 42-52.
- Bryden, J. M., 1973, "Tourism and development: a case study of the Commonwealth Caribbean", London, Cambridge University Press.
- Cooper, C., 2001, "Tourism: Principles and Practice". Harlow, Longman.
- Fletcher, J., 1991, "Input-output analysis and employment multipliers, in T.Baum (ed.) *Human Resource Issues in International Tourism*, Oxford: Butter worth – Heinemann, pp. 77-85.
- Goded Salto, M., 1998, "El impacto del turismo sobre o desarrollo económico: el caso de Argentina, tesis doctorado em *Economía Internacional y Desarrollo* – Madrid, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universitat Complutense.
- Ivars, J.A., 2003, "Olanificación turística de los espacios en España", Madrid: Síntesis.
- Keller, P., 1999, "Future – oriented tourism policy – synthesis of the 49 th AIEST Congress, *Tourism Review*, 2-6.
- Licckorish, L. J. e Jenkins, C. L., 2000, "Introdução ao Turismo", Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Oliveira, A. P., 2002, "Turismo e desenvolvimento", 4ª ed., S. Paulo, Editora Atlas.
- OMT, 2001, "Cooperación entre los sectores público y privado. Por una mayor competitividad del turismo", Madrid, OMT.
- Sessa, A., 1983, "Turismo e política de desenvolvimento", Porto Alegre, Uniontur.
- Silva, J. A. S., 2004, "Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano – regional baseada em cluster, tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, S. Paulo, Universidade de S. Paulo.
- Vera Rebollo, J. e Marchena Gómez, M., 1990, "Turismo y desarrollo: un planteamiento actual", *Papers de turisme*, 3, pp. 58-84.
- Wanhill, S. 1997, "Peripheral area tourism. Progress in *Tourism and Hospitality Research* 3, pp. 47-70.
- Williams, A. e Shaw, G., 1998, "Tourism and uneven economic development", in Williams and G. Shaw (eds), *Tourism and Economic Development: European Experiences*, 3ª edn, Chichester, John Wiley and Sons, pp. 1-16.